



CONSTRUINDO PONTES ENTRE JUVENTUDE NEGRA E CIÊNCIA PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE RACIAL NA EDUCAÇÃO

(Entrevista com Ricardo Henriques)

Ricardo Henriques¹

Superintendente do Instituto Unibanco

Thatianny Alves de Lima Silva²

Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as

Fabiola Nascimento Camilo³

Instituto Unibanco

¹ Economista e superintendente executivo do Instituto Unibanco. Foi secretário Nacional de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação e secretário executivo do Ministério de Desenvolvimento Social, quando coordenou o desenho e a implantação inicial do programa Bolsa Família. No Rio de Janeiro, foi secretário estadual de Assistência Social e Direitos Humanos e presidente do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), tendo desenvolvido e implantado o programa UPP Social. Foi pesquisador e diretor-adjunto da área social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), assessor especial do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, durante 30 anos, professor do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente, é professor associado da Fundação Dom Cabral e membro dos conselhos de Anistia Internacional (Brasil), Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades (CEERT), Fundação Itaú Educação e Cultura (FIEC), Instituto Natura, Instituto República e Pacto pela Equidade Racial. E-mail: instituto.unibanco@institutounibanco.org.br . ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-7619-2312>

² Doutoranda pelo programa de pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM) da Universidade Federal de Goiás (2020-). Compõe o Coletivo Negro/a Tia Ciata, do Laboratório de Pesquisas em Educação Química e Inclusão do Instituto de Química (UFG). É gestora nacional/geral do projeto Afrocientista (2021-). Mestra em Ensino de Ciências pelo programa de pós-graduação em Ensino de Ciências (2012-2014) e graduada em Ciências Biológicas (bacharelado e licenciatura) pela Universidade de Brasília (UnB) (2007-2012), foi responsável pela elaboração das perguntas e pela realização desta entrevista. E-mail: thatiannysilvaa@gmail.com . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5984-879X>

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), mestra em Ciências Sociais pelo programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (2009-2011). Graduada e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (2000-2006), é analista sênior de Projetos Educacionais do Instituto Unibanco (2013-), onde acompanha a parceria com o projeto Afrocientista. Foi responsável pela elaboração das perguntas e pela realização desta entrevista. E-mail: fabiola.camilo@institutounibanco.org.br ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3929-7093>.



Resumo: O Instituto Unibanco (IU) tem atuado para a melhoria da educação pública no Brasil nos últimos 15 anos e mais recentemente articula-se com organizações da sociedade civil para fortalecer a promoção da equidade racial na educação. A parceria com a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) teve início em 2018 com o fomento ao projeto Afrocientista, que completou sua terceira edição em 2022 e contou com o envolvimento de 12 Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neab/Neabis) e a participação de 100 bolsistas, estudantes negros e negras do Ensino Médio e do Ensino Superior. O principal objetivo do projeto é despertar a vocação científica e incentivar talentos entre esses/as jovens mediante sua participação em atividades de pesquisa científica pautadas nas questões étnico-raciais. A reflexão sobre a conjuntura do país nos últimos 20 anos no que tange aos avanços e desafios para a redução das desigualdades raciais na educação e a relevância do Afrocientista no contexto atual foram questões abordadas por Ricardo Henriques nesta entrevista. Outros temas se entrelaçaram na discussão, tais como a importância do Movimento Negro e dos/as intelectuais negros e negras para a produção científica e a análise das relações étnico-raciais na sociedade brasileira, a necessidade de ações afirmativas em todo o ciclo da Educação Básica para provocar mudanças em várias dimensões do ambiente escolar e o papel do investimento social privado no fortalecimento de uma filantropia negra. O Afrocientista é considerado uma ponte entre escola pública, universidade, juventude negra e comunidade, e sua potência se expressa ao gerar engajamento e protagonismo dos/as jovens, pela valorização de referências para o fortalecimento da identidade negra de estudantes e inclusão do debate étnico-racial na escola, aumentando a probabilidade de permanência e continuidade dos estudos.

Palavras-Chave: Educação; Equidade Racial; Ciência; Juventude Negra.

**BUILDING BRIDGES BETWEEN YOUNG BLACK PEOPLE AND SCIENCE
FOR PROMOTION OF RACIAL EQUALITY IN EDUCATION
(Interview with Ricardo Henriques)**

Summary: The Instituto Unibanco (IU) has been working for the improvement of public education in Brazil for the last 15 years and more recently has joined forces with civil society organizations to strengthen the promotion of racial equality in education. The partnership with the ‘Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as’ (‘Brazilian Association of Black Researchers’ / ‘ABPN’) began in 2018 with the promotion of the ‘Afrocientista’ (‘Afroscientist’) project, which was held for the third time in 2022, involving 12 Afro-Brazilian and Indigenous Study Centers (NEAB/NEABIS) and 100 Black scholarship students from secondary schools and higher education. The main objective of the project is to awaken scientific vocation and encourage talents amongst these young people through the participation in scientific research activities guided by ethnic-racial issues. Issues addressed by Ricardo Henriques in this interview included reflections upon the scenario found in the country over the last 20 years with respect to the advances made and the challenges faced for the reduction of racial inequalities in education and the importance of the *Afrocientista* project in the current context. Other issues were also brought into this discussion, such as: the importance of the Black Movement and Black intellectuals in scientific production and analysis of ethnic-racial relations in Brazilian society; the need for Affirmative Actions throughout the Basic

Education cycle to bring about changes in various dimensions of the school environment; and the role private social investment plays in strengthening Black philanthropy. *Afrocientista* is considered to be a bridge between public school, university, Black youth and the community, and its potential can be seen in the generation of engagement and leadership amongst young people, by asserting the value of benchmarks for the strengthening of students' Black identity and the inclusion of the ethnic-racial debate in schools, thereby increasing the likelihood of students remaining in school and continuing with their studies.

Key words: Education; Racial Equality; Science; Black Youth.

TENDIENDO PUENTES ENTRE LA JUVENTUD NEGRA Y LA CIENCIA PARA PROMOVER LA EQUIDAD RACIAL EN LA EDUCACIÓN (Entrevista a Ricardo Henriques)

Resumen: El Instituto Unibanco (IU) ha estado trabajando para mejorar la educación pública en Brasil durante los últimos 15 años y más recientemente se ha articulado con organizaciones de la sociedad civil para fortalecer la promoción de la equidad racial en la educación. La colaboración con la Asociación Brasileña de Investigadores/as Negros/as (ABPN) comenzó en 2018 con el impulso al proyecto Afrocientista (Afrocientífico), que completó su tercera edición en 2022. La iniciativa involucró a 12 Núcleos de Estudios Afrobrasileños e Indígenas (NEAB/NEABIS) y contó con la participación de 100 becarios, estudiantes negros y negras de educación secundaria y superior. El principal objetivo del proyecto es despertar la vocación científica y fomentar el talento entre estos jóvenes mediante su participación en actividades de investigación científica basadas en cuestiones étnico-raciales. En esta entrevista, Ricardo Henriques hizo una reflexión sobre la situación del país en los últimos 20 años en lo que respecta a los avances y desafíos en la reducción de las desigualdades raciales en la educación y la relevancia del proyecto Afrocientista en el contexto actual. También se discutieron otros temas, como la importancia del Movimiento Negro y de los/las intelectuales negros/as para la producción científica y el análisis de las relaciones étnico-raciales en la sociedad brasileña, la necesidad de acciones afirmativas en todo el ciclo de Educación Básica para provocar cambios en varias dimensiones del ambiente escolar y el papel de la inversión social privada en el fortalecimiento de la filantropía negra. El proyecto Afrocientista es considerado un puente entre la escuela pública, la universidad, la juventud negra y la comunidad. Su poder se expresa al generar compromiso y protagonismo por parte de los jóvenes, mediante la valorización de referentes para el fortalecimiento de la identidad negra de los estudiantes y la inclusión del debate étnico-racial en la escuela, aumentando la probabilidad de permanencia y continuidad de los estudios.

Palabras-clave: Educación; Equidad Racial; Ciencia; Juventud Negra.



CONSTRUIRE DES PONTS ENTRE LA JEUNESSE NOIRE ET LA SCIENCE POUR PROMOUVOIR L'ÉQUITÉ RACIALE DANS L'ÉDUCATION (Entretien avec Ricardo Henriques)

Résumé: L'Instituto Unibanco (IU) travaille à l'amélioration de l'éducation publique au Brésil depuis 15 ans et, plus récemment, s'articule avec des organisations de la société civile pour renforcer la promotion de l'équité raciale dans l'éducation. Le partenariat avec l'Association brésilienne des chercheurs/ses noirs/es (ABPN) a commencé en 2018 avec le soutien au projet Afrocientista (Afro-scientifique), qui a achevé sa troisième édition en 2022. Le projet a impliqué 12 noyaux d'études afro-brésiliennes et indigènes (NEAB/NEABIS) et la participation de 100 boursiers, étudiants noirs, hommes et femmes, du lycée et de l'enseignement supérieur. L'objectif principal du projet est d'éveiller la vocation scientifique et d'encourager les talents de ces jeunes en les faisant participer à des activités de recherche scientifique axées sur les questions ethno-raciales. Dans cette interview, Ricardo Henriques a réfléchi sur la situation du pays au cours des 20 dernières années concernant les progrès et les défis pour réduire les inégalités raciales dans l'éducation et sur la pertinence du projet Afrocientista dans le contexte actuel. D'autres thèmes ont également été abordés, tels que l'importance du mouvement noir et des intellectuels noirs, hommes et femmes, pour la production scientifique et l'analyse des relations ethno-raciales dans la société brésilienne, la nécessité d'actions positives tout au long du cycle de l'éducation de base pour apporter des changements dans diverses dimensions de l'environnement scolaire et le rôle de l'investissement social privé dans le renforcement de la philanthropie noire. Le projet Afrocientista est considéré comme un pont entre les écoles publiques, les universités, la jeunesse noire et la communauté. Son pouvoir s'exprime en générant l'engagement et le protagonisme des jeunes, en valorisant les références pour le renforcement de l'identité noire des étudiants et l'inclusion du débat ethno-racial à l'école, tout en augmentant la probabilité de permanence et de continuité des études.

Mots-clés: Éducation; Équité Raciale; Science; Jeunesse Noire.

ENTREVISTA

Thatianny Silva (ABPN): Para iniciar, gostaria de pensar um pouco a partir dessa conjuntura e da sua participação nos últimos 20 anos na luta por equidade racial. Lembrando os estudos que você realizou há 20 anos e a Conferência Mundial de Durban, na África do Sul, em 2001, na qual o Brasil assumiu o compromisso de criar ações de combate ao racismo e à discriminação, como você pensa os avanços, quais foram os mais significativos?

Ricardo Henriques (IU): Se pensarmos nos últimos 20 anos, sobretudo quando você marcou Durban, em 2001, vale a pena colocar em perspectiva o acúmulo da luta e das



conquistas do Movimento Negro desde meados dos anos 1970. Temos uma história de acumulação de força na sociedade civil obtida por caminhos variados de organização do Movimento Negro – espalhados inclusive nacionalmente, não só concentrados em uma região. Prova disso são as várias ONGs hoje com mais de 30 anos (Geledés, Criola, CEERT, só para ilustrar)⁴. A partir da década de 70, essa organização vai se acumulando e ganhando uma força muito importante, fomentando não só a reflexão original sobre o questionamento do mito da democracia racial mas, sobretudo, a reflexão sobre parâmetros distintos do racismo estrutural que vivemos. E essas formulações vão se modulando ao longo do tempo, ganhando mais densidade.

Os estudos que eu fiz há pouco mais de 20 anos⁵ tinham a intenção de retomar uma tradição, que se perdeu, de levar ao máximo a capacidade de interpretar os dados socioeconômicos disponíveis. Ou seja, agregar esses dados à argumentação do campo dos valores, dos direitos, do entendimento do que foram as mazelas derivadas do período da escravidão, presentes até hoje, para organizar um campo analítico de entendimento com base naquilo que há disponível e configurar uma leitura do padrão de desigualdade racial que tínhamos.

Essa tradição tem uma marca nos anos 1980, com algumas publicações muito importantes do Carlos Hasenbalg (1979, 1988, s.p.) e do Nelson do Vale (1988, s.p.). Depois, a discussão sobre desigualdade racial foi interrompida. Em parte, porque na intelectualidade relevante do país, tanto de doutrinas de direita como de esquerda, conservadores e progressistas seguiam recusando a ideia de que o racismo organizava nosso arranjo social.

O que eu fiz no final dos anos 1990, obviamente com outro repertório, outras técnicas, com base de dados ainda mais volumosa, mais robusta, foi recompor leituras que parte fomos produzindo na época. Para o debate preparatório de Durban, a importância foi reunir esses esforços em torno de uma agenda. Eu era pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e a instituição, portanto, havia se posicionado a partir dos dados de desigualdade racial desses três, quatro estudos que tínhamos feito.

⁴ O Instituto Unibanco, em seu recente histórico de atuação na agenda de equidade racial na Educação Básica, tem investido na interlocução com organizações da sociedade civil que têm legitimidade e em ações articuladas para o enfrentamento das desigualdades raciais presentes no contexto escolar. As organizações fazem parte de nossas parcerias entre os anos de 2018 e 2022.

⁵ Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90 (HENRIQUES, 2001) e Raça e gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas na educação (HENRIQUES, 2002, s.p.).



Dá a importância da institucionalidade, permitindo agregar indicadores quantitativos ao repertório acumulado ao longo de anos pelo Movimento Negro, expondo as abissais desigualdades que havia entre brancos e negros.

É bom lembrar que, no contexto da época, disputava-se inclusive a categoria Negro, que não estava dada. Parte dos estudos mais quantitativos, com uma matriz analítica mais qualitativa, é que permitiu reforçar a ideia de que pardos e pretos estavam, do ponto de vista socioeconômico, na mesma segmentação populacional. E, portanto, se fortaleceu uma discussão, da qual participavam vários atores – Sueli Carneiro é uma das representantes –, sobre o enfrentamento do debate do colorismo e, ao mesmo tempo, sobre o entendimento do que configurava o tecido social brasileiro, podendo dar densidade analítica ao conceito de Negro. Esse entendimento já existia na luta do movimento social, mas os indicadores quantitativos facilitaram essa compreensão.

O que acontece ao longo desses 20 anos: temos avanços em várias dimensões, como na educação, na saúde, no mercado de trabalho, na configuração do mercado político quando pensamos em representações no Legislativo e no Executivo, entre outros. No entanto, essas mudanças seguem a velocidades baixas diante da perspectiva de uma estratégia de redução estrutural das desigualdades e da formação de uma sociedade mais equânime.

Nesse contexto de melhorias, o que é contundente e reconhecido socialmente é que o volume de intelectuais negros e negras aumentou significativamente. Uma intelectualidade negra de altíssima qualidade, muito bem formada, totalmente multissetorial. Não está em guetos da ciência. Há cientistas nas Ciências Humanas, nas Ciências Naturais, em um volume muito grande e crescente. Isso é importante porque esse ciclo de 20 anos faz com que a intelectualidade negra – que sempre teve expoentes, desde os clássicos Kabengele Munanga, Cida Bento, Sueli Carneiro, Valter Silvério, Antônio Sérgio Guimarães e Marcelo Paixão, até uma geração mais nova – cresça significativamente em volume e em amplitude de campo científico. Eu penso que é o peso da intelectualidade negra, mais do que as melhorias dos indicadores socioeconômicos, que reposiciona de forma relevante o debate público sobre o racismo estrutural.

São importantes os avanços, mas, em relação à redução da desigualdade racial, são incrementais. Não permitiram ao longo do ciclo de 20 anos uma disrupção, saltos de intensidade significativa que fizessem com que se projetasse uma trajetória efetiva de redução dessas desigualdades em tempo razoável. Não devemos subestimar os dados



socioeconômicos, mas a maior novidade me parece ser o peso com que uma intelectualidade negra relevante em vários campos do saber e em vários campos profissionais consegue romper com situações de naturalização da desigualdade.

Associado a isso, há um terceiro elemento – dado que o racismo é produzido pelos brancos. Diferentemente do que acontecia 20 anos atrás, há o aumento da consciência de parte da população branca sobre sua situação de privilégio e os traços do racismo estrutural, criando um campo ainda mais potente para aquilo que pode ser uma estratégia realmente antirracista, que deve ser – e será – protagonizada pelos negros, mas que deve contar com os brancos.

Fabíola Camilo (IU): No período em que foram estabelecidas as ações afirmativas na modalidade de cotas (porque existem várias) no Ensino Superior, o debate se colocou de forma mais ampliada para a sociedade, e a resistência parecia muito maior. Você acha que atualmente haverá pressão para que as cotas sejam colocadas em xeque? Considera que a resistência é menor? Houve de fato essa conscientização da branquitude e a ampliação da pressão do movimento social?

Ricardo Henriques (IU): Temos sinais dúbios: por um lado, vemos um período de exceção que vivemos dentro do arranjo democrático, com a emergência do que foi o debate da sociedade em torno do projeto bolsonarista. Vimos a expressão de uma extrema-direita absolutamente radicalizada, com inspirações explícitas de racismo, com manifestações inclusive nazistas, em linha com os Estados Unidos e parte da Europa. Temos uma força relevante que se opõe ao processo de evolução para o enfrentamento da desigualdade racial.

Agora, por outro lado, houve algo muito interessante: a primeira experiência de cotas ocorreu há 20 anos. A UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) é o ícone desse processo, mas depois ele se espalha em várias experiências estaduais e federais para acesso ao Ensino Superior. As evidências empíricas são categóricas diante das suspeitas que existiam no debate público há duas décadas sobre a efetividade da política de cotas no acesso à universidade.

As evidências do ponto de vista do desempenho, da performance dos/as estudantes cotistas, da permanência, da redução da evasão, não só do desempenho positivo, mas da inexistência da distância entre brancos e negros. Temos um conjunto de estudos da Coalizão Negra por Direitos, do núcleo de pesquisa Afro Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), estudos da UERJ que, tanto do ponto de vista da meta-análise



quanto do ponto de vista das avaliações que existem de processos, de resultados, indicam o sucesso de uma estratégia de política de cotas⁶, porque a diversidade aumentou significativamente. É importante lembrar que esse sucesso está alinhado a uma expansão das matrículas universitárias, sobretudo nas universidades federais, com o aumento da oferta a partir do Reuni⁷.

O que havia antes era absoluta homogeneidade e todas as narrativas trazem isso a partir de alegorias como "Não sei se eu entraria em um avião com um piloto negro, não sei se eu seria operado por uma médica negra". Essas eram as alegorias do preconceito que tínhamos há 20 anos e, hoje, penso que as evidências são tão categóricas que vários atores políticos relevantes, inclusive vários/as intelectuais, mesmo resistentes à ideia do racismo estrutural, se curvaram diante das evidências de que a política de cotas teve resultados positivos.

Dessa perspectiva, houve um avanço, porque no palco da política institucional e do arranjo de sociedade, a partir das evidências obtidas nos processos de permanência e desempenho dos/as estudantes universitários/as negros/as, foi possível não só contrapor argumentos (que eram opiniões, várias preconceituosas, céticas) com algumas evidências internacionais. E parte da intelectualidade e da sociedade civil, como um todo, que tinha resistências, passa a ter aderência à ideia de que o projeto de sociedade brasileiro pode ser melhor se ele for mais inclusivo e mais diverso. E um dos caminhos é esse.

Agora, se tivéssemos só esse efeito e não o efeito da extrema-direita, eu diria que tenderíamos à redução das desigualdades. Mas, com essa radicalização de um projeto supremacista e de extermínio, precisamente em uma conjuntura em que o país começa a ter a política atravessada por projetos milicianos e organiza sua estrutura de poder com uma visão institucional em que o extermínio de um determinado segmento da população (e esse segmento é, sobretudo, negro) é coerente com a estratégia de dominação política para esses segmentos ultraextremos, temos uma situação de impasse que precisa ser enfrentada.

⁶ Para mais informações, consulte o relatório *Pesquisa sobre a Implementação da Política de Cotas Raciais nas Universidades Federais*, produzido pela ABPN em parceria com a Defensoria Pública da União. Disponível em: <<https://abpn.org.br/relatorio-pesquisa-sobre-a-implementacao-da-politica-de-cotas- raciais-nas-universidades-federais/>>. Acessado em: 16 de fevereiro de 2023.

⁷ O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi instituído em 2007 pelo governo federal e tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Disponível em: <<https://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni/>>. Acessado em: 1 de fevereiro de 2023.



E, novamente, há um conjunto enorme de intelectuais negros/as produzindo sobre isso, mas é uma discussão que demanda explicitar o debate sobre o campo dos valores. Se juntarmos a história do Movimento Negro àquela ideia das evidências empíricas, em última instância, teremos uma discussão em que há sinais que permitem um debate mais sólido.

A questão de cotas hoje, diante do que podemos chamar de avanço da política de acesso à universidade, abre dois caminhos. Um é o entendimento de que, apesar de os avanços serem coerentes, consistentes e sólidos, ainda se pode avançar mais no campo universitário, ou seja, os desafios para a permanência dos/as estudantes na universidade, para o reconhecimento de que a abertura do processo de acesso é um passo inicial absolutamente necessário e incontornável, mas é insuficiente. É preciso garantir estratégias de permanência e desenvolver políticas de financiamento da pesquisa muito mais precisas do ponto de vista dessa agenda do racismo estrutural como um todo.

O segundo é para além dessa agenda de ações afirmativas do acesso à universidade. O que ficou mais nítido ao longo desses 20 anos é que eram, e ainda são, necessárias estratégias de ação afirmativa do ponto de vista educacional ao longo do ciclo básico obrigatório de 14 anos: da Educação Infantil aos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, até o Ensino Médio. É preciso ter estratégias de ação afirmativa que sejam capazes de, com sobriedade, enfrentar parte da armadilha que se produz com alguns enunciados de igualdade de oportunidade.

É óbvio que é preciso gerar igualdade de oportunidades, mas, por vezes, no debate, na literatura e na prática, se reduz essa agenda ao momento inaugural. Se esse espírito não for mantido ao longo do ciclo de aprendizagem de 14 anos, isso tenderá a abrir uma fenda nesse percurso, portanto, a escola seguirá como ela é hoje: produtora de desigualdades.

Para evitar isso, primeiro é preciso reconhecer e ter estratégias nacionais alinhadas com estados e municípios, disseminadas em larga escala, que deem repertório e instrumento às professoras e aos professores para que eles possam praticar cotidianamente estratégias de ação afirmativa que identifiquem os grupos mais vulneráveis (que são majoritariamente negros, mas que, em muitos momentos, não são negros) e possam executar estratégias contínuas de correção de rotas em direção a uma sequência de ação afirmativa que tenha como responsabilidade entregar um campo de igualdade de oportunidades ao final do ciclo educacional.



Para tanto, isso implica fornecer desde bolsas para jovens vulneráveis no Ensino Médio como também promover mudanças nos padrões de devolutiva das avaliações, tanto das avaliações somativas como de todas as avaliações cotidianas que acontecem dentro das escolas. Ou seja, é conseguir personalizar os sistemas de ensino dando conta de olhar para os mais vulneráveis e explicitar estratégias pedagógicas que, no dia a dia da escola, tenham a intenção de reduzir a desigualdade.

Basicamente é, ao longo de todo o ciclo educacional obrigatório, que é uma política universal para todos os brasileiros e brasileiras, tratar desigualmente os desiguais durante o período de responsabilidade pública dos governos com aqueles cidadãos que estamos formando. Depois do Ensino Médio, não há mais nenhuma política universal. Há uma política até de acesso na área de saúde, mas não há política de formação que seja disseminada e obrigatória.

Thatianny Silva (ABPN): Ainda sobre a importância de trazer esse espírito desde a Educação Infantil, pensar na formação docente e no investimento do Estado nessa formação para ter estratégias, como você analisa o papel da gestão escolar? É muito desafiadora essa articulação entre escola, sociedade civil e universidade, porque estão em tempos distintos. Pensando especialmente que escola e universidade têm cronogramas, tempos e linguagens distintas, como você percebe essa importância também no âmbito da gestão e no diálogo com esses/as intelectuais negros/as?

Ricardo Henriques (IU): A Sueli Carneiro fala que a educação sempre foi um campo de batalha dos negros. E acho que parte desse reconhecimento que ela traz é derivado do fato de que, na escola (em larga escala, nas redes públicas como um todo) recorrentemente se constroem ou instituem, de forma legitimada – porque se está em um ambiente de ensino e aprendizagem –, imagens discriminatórias, estereotipadas, em torno da população negra. Não é só que a escola é acolhedora de uma desigualdade que está fora dos seus muros. Ela produz no seu cotidiano – e as narrativas são totalmente explícitas e disseminadas – desde a questão do cabelo da menina negra, a forma, o nariz, ao estereótipo do menino bagunceiro ser necessariamente um menino negro. Há uma sequência e, portanto, as histórias e as narrativas são mais do que contundentes nessa direção.

O racismo estrutural é um fenômeno social, político, cultural e psíquico, inclusive. Como fizemos da escola, em regra (e, obviamente, há muitas exceções), um ambiente de reprodução e amplificação dos traços do racismo estrutural? É preciso fazer uma mudança



dentro das práticas educacionais como um todo. A Lei nº 10.639/03⁸ está pensando um pouco nisso, não só para negros, mas para todos os/as estudantes. Além disso, precisaríamos ter elementos de uma abordagem de uma educação antirracista organizando o nosso ciclo como um todo. Em linha com o processo histórico, de melhorias e avanços contínuos, o que precisaríamos é explicitar o tamanho desse desafio para poder acelerar, dentro do sistema de ensino, formas de enfrentar essa desigualdade.

Thatianny Silva (ABPN): Considerando que o Afrocientista tem a intenção de propor a vocação científica a jovens negros/as e esse letramento racial, que tem impacto não só nos/as estudantes, mas também em outros setores dentro das escolas, qual seria a importância do projeto para a juventude negra romper com esse ciclo de desigualdade e o seu protagonismo no cenário da educação? Como você citou, esse é um dos vetores que constituem nossa nova intelectualidade negra, com toda a sua diversidade e multissetorialidade.

Ricardo Henriques (IU): Eu penso que o projeto Afrocientista está totalmente alinhado com essa iniciativa. Essa aproximação da universidade com a rede básica, a ideia de aumentar a probabilidade de permanência dos/as jovens seguirem seus estudos. Não por força da lei, mas pela valorização do ato de estudar, porque isso é legal, porque o processo reflexivo se dá e as pessoas passam a dar mais valor à educação – como tem acontecido no Afrocientista – por meio de metodologias, por verem pesquisadores/as, cientistas negros/as que estão na universidade e que estabelecem o diálogo com os meninos e as meninas dentro da escola.

Vários dos elementos que estão em torno do Afrocientista têm uma perspectiva de colocar na Educação Básica uma abordagem de valorização da intelectualidade negra. Esses fundamentos têm a ver com a autoestima dos/as estudantes, a capacidade de se reconhecerem como atores ativos e relevantes no processo de ensino-aprendizagem, protagonistas com seu engajamento, produzindo sentido.

Sempre foi dada em nossos encontros de abertura e acompanhamento das edições do projeto atenção especial para um processo de acolhimento permanente: um acolhimento tanto a partir da identificação como da valorização. Esses elementos todos

⁸ Essa lei estabelece a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). Em 2008, a Lei nº 11.645 atualizou a legislação e incluiu também a temática Indígena como obrigatória. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>> e <<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acessado em: 1 de fevereiro de 2023.



não são suficientes, talvez, mas são muito importantes para o que eu estava chamando de uma estratégia de educação antirracista. Os fundamentos do Afrocientista têm vários elementos que deveriam estar organizando uma prática que poderia transbordar para outros/as praticantes do mundo educacional como um todo. Não necessariamente todos/as têm que ser pesquisadores/as universitários/as, mas simplesmente educadores/as, profissionais da educação, pedagogos/as, licenciandos/as, e poderíamos disseminar esse processo.

De forma implícita ou explícita, essa abordagem antirracista está por trás do Afrocientista e poderia estar por trás de uma política pública de educação em larga escala, com aquilo que são os elementos pertinentes. É óbvio que isso exige um dos maiores e desafiadores investimentos onde precisamos fazer: na qualificação do corpo docente – tanto do ponto de vista instrumental como do ponto de vista da sua ação como educador/a. Há uma disputa político-institucional dentro desse processo.

Seguimos tendo um contingente significativo de professores e professoras que, no mínimo, não reconhecem o racismo e não têm letramento racial. Tornou-se visível uma onda de extrema-direita que tem eco dentro dos sistemas públicos de ensino. Nós temos que saber como lidar com ela também. Precisamos estabelecer a discussão sobre valores como tolerância, convívio com a diferença, a força da diversidade, as agendas de cidadania, de respeito ao outro, de disciplina no interior da escola e de uma estrutura de ordem no ambiente de ensino-aprendizagem – a ordem associada a responsabilidades compartilhadas, mútuas entre os vários atores. Não a partir das relações de subordinação, mas a partir de relações cidadãs, de convívio, de respeito ao outro. Assim podemos enfrentar o *bullying*, as situações de extremada violência que ocorrem no ambiente escolar.

Para isso, precisamos discutir, praticar e, mais do que isso, incidir em um debate de valores. Hoje esse campo é central para a discussão dos traços do racismo estrutural. Cada vez que se avança nessa frente, há uma resistência associada. Como fazer isso a partir de uma construção de sociedade e não de intervenções *top-down*⁹, totalmente isoladas? Precisamos de ações pontuais, de bons casos, de experiência, da construção de uma agenda da política pública *bottom-up*¹⁰, organizada pela sociedade (familiares, pais

⁹ De cima para baixo, em tradução literal. A expressão em inglês refere-se a ações ou políticas concebidas sem a participação daqueles que serão afetados por elas.

¹⁰ De baixo para cima, em tradução literal. A expressão, em inglês, refere-se a ações ou políticas concebidas com a participação daqueles que serão afetados por elas.



e mães, parentes dos/as estudantes), mas também a partir do sistema de ensino, envolvendo professoras, professores e todos os vários operadores. Precisamos dar conta de lidar com esse complexo que existe em torno dos sistemas de ensino.

Thatianny Silva (ABPN): Nos anos de pandemia tivemos o desafio de como transformar as atividades em atividades virtuais e adequadas aos contextos, que eram muito diversos. Havia lugares que já tinham retornado às atividades, outros lugares que não. Isso implicou no desafio deste ano: do retorno presencial. E foi impressionante ver como o Afrocientista também tem se consolidado, além de um espaço formativo para os/as docentes, como um espaço de acolhimento e de envolvimento dos pais, das mães e dos outros responsáveis pelos/as estudantes. Realizamos o terceiro ciclo de reunião com as gestões escolares e um dos relatos tratou da situação de racismo na escola. A professora se viu sozinha em uma escola que é majoritariamente negra e em que também há outros/as professores/as negros/as. E foi a partir do Afrocientista, com o qual ela colabora desde sua primeira edição, que conseguiu envolver os/as alunos/as da sala em que a situação tinha acontecido, conseguiu envolver e instigar os/as professores/as. Ela fala: "Esse é o meu lugar de respiro e de acolhimento, mas é também um lugar em que eu aprendo." E, ao mesmo tempo, é esse espaço que ajuda os/as professores/as a continuarem procurando pós-graduação, mestrado, doutorado, e que instiga os pais e as mães a ingressarem, a estarem mais presentes nos espaços universitários, que por tanto tempo se consolidaram como espaços exclusivamente brancos e de muito difícil acesso para a população negra.

Ricardo Henriques (IU): Você descreveu muito melhor do que eu os elementos e os fundamentos que estão no Afrocientista e que permitem pensar em uma política de educação antirracista. Envolve a subjetividade, a prática de ensino, os reconhecimentos, e extrapola o ambiente da escola, considerando só a relação de ensino-aprendizagem entre o/a educador/a e os/as estudantes. Como é que uma educação de qualidade – e os fundamentos antirracistas são fundamentais para isso – gera efeitos que não são apreendidos imediatamente, como pais/mães querendo voltar a estudar. Na prática, os relatos que temos são de adultos/as, pais/mães de crianças que ambicionaram em algum momento fazer, por exemplo, universidade, mas a vida não permitiu. E, por meio da relação com seus/suas filhos/as, eles/as começam a se abrir. Há relatos lindos, como os de mães sem escolaridade de Ensino Médio que vão fazer Ensino Superior, até de outros pais que já são profissionais e que resolvem fazer universidade para ficarem mais



potentes. Isso ocorre quando alargamos essas incidências potenciais de uma estratégia antirracista na educação.

Há um represamento gigantesco da sociedade por causa desse acordo cínico e perverso da desigualdade e do racismo que produzimos. Quando criamos meios, caminhos, rios para poder fazer com que esse ambiente como um todo permita escapes, como se fosse uma malha fluvial, esses rios vão virar um grande rio lá na frente. A bacia hidrográfica vai ficando muito maior quando é regulada, plantando-se árvores, fazendo com que o ciclo da chuva se acerte etc. Por analogia, uma estratégia antirracista tem essa potência de mudança imediata, mas tem também a potência de reconfigurar o arranjo social brasileiro.

Thatianny Silva (ABPN): Pensando nessa analogia com os rios e especialmente em investimento social privado, como você vê o papel desse investimento para impulsionar as ações de equidade racial?

Ricardo Henriques (IU): Há um esforço de gestores/as de investimentos sociais privados de viabilizar, pensar, criar condições para uma filantropia negra. Vivemos uma experiência com o Gife¹¹ (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) sobre essa temática. Temos um movimento importante, também do investimento privado, que é o Pacto pela Equidade Racial, que criou o indicador ESG Racial¹², com comprometimento de empresas. Vemos sinais que são associados aos impactos mundiais do Black Lives Matter, mas, ao mesmo tempo, na realidade brasileira, à inovação que foi, do ponto de vista institucional, a Coalizão Negra por Direitos, que conseguiu organizar em torno dela trajetórias, esforços e grupos bastante distintos e razoavelmente dispersos do Movimento Negro. Ela se configurou de forma mais sólida depois que teve a possibilidade de ser muito ativa no combate à fome na pandemia. Isso galvanizou esse processo, gerou força convergente.

Há uma tendência hoje de poder aumentar os investimentos sociais privados para geração de equidade racial. Mas uma coisa é importante de ser ponderada: eles serão sempre limitados diante do desafio que temos. Portanto, precisamos de uma alavancagem das políticas públicas.

¹¹ O Gife é uma associação de investidores sociais privados do Brasil que nasceu em 1989 e, em 1995, foi instituída como uma organização sem fins lucrativos. Possui atualmente uma rede de mais de 160 associados que investem em iniciativas sociais. Disponível em: <<https://gife.org.br/quem-somos-gife/>>. Acessado em: 1 de fevereiro de 2023.

¹² Para saber mais, acesse: <<http://www.pactopelaquidaderacial.org.br/>>.



É óbvio que, em um cenário contemporâneo, o espaço público é compartilhado pelos governos, pela sociedade civil organizada e pelo investimento social privado, que, portanto, compõem essa estratégia. A ideia de compor é importante para que a política pública aconteça nessas bases. Quanto mais o investimento social privado for capaz de alavancar experiências que são generalizáveis para a política pública, mais potente será sua função.

O primeiro passo, evidentemente, é o engajamento do investimento social privado nessa agenda. O segundo passo é que esse engajamento tenha uma visão estratégica para o esforço potencial de alavancagem e não restrinja sua decisão de investimento a impactos totalmente locais, circunscritos na própria experiência. A ideia é que isso aconteça, mas que consigamos sistematizar, pensar que experiências podem ser reproduzíveis em outros contextos. Precisa de método, registro, precisa ser sistemático e capaz de oferecer um repertório que permita que atores públicos produzam intervenções em larga escala.

Fabíola Camilo (IU): Em 2022, a Coordenação de Inovação em Políticas do Instituto Unibanco buscou maior publicização do Afrocientista para engajar outros apoiadores no projeto. Produzimos o vídeo *Afrocientista - despertando a vocação científica de alunos negros e negras*,¹³ divulgado na Semana de Inovação da Enap (Escola Nacional de Administração Pública) 2022, em que as professoras Thatianny Silva (gestora do projeto Afrocientista) e Silvani Valentim (à época secretária executiva da ABPN) falaram sobre a experiência do projeto e fizeram um convite para agregar novas parcerias. O Afrocientista é apoiado pelo Instituto Unibanco desde sua primeira edição, mas consideramos que é importante articular outras parcerias institucionais para ampliar a sua abrangência e escala.

Thatianny Silva (ABPN): Um dos elementos que eu ia citar é esse movimento de alavancar que percebemos. De olhar o projeto Afrocientista como esse caminho do rio que possibilita uma efetivação das políticas de ações afirmativas. Isso é ampliado a partir do diálogo e da parceria com o Instituto Unibanco à medida que vamos pensando e refinando os instrumentos de acompanhamento, pensando as possibilidades e as potências. Traz outra perspectiva que contribui muito significativamente com o projeto. Foi muito importante organizar em parceria a coleção *Juventudes negras e a educação*

¹³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Xagcc37mufM>>.



*científica pautada nas questões étnico-raciais*¹⁴, publicada no Observatório de Educação do Instituto Unibanco. Buscamos esse refinamento dos instrumentos de acompanhamento tentando potencializar os trabalhos produzidos no núcleo e publicizá-los.

Ricardo Henriques (IU): Pode ter soado abstrata essa ideia da escalabilidade. Precisamos ter não só repertórios, como também narrativas que sejam capazes de produzir convencimento sobre isso. Parte das narrativas é empírica: "Olha, tem muita evidência nessa direção." E parte é sensível, empática, produtora de engajamento. Precisamos ser capazes de fazer isso.

Thatianny Silva (ABPN): Queria enfatizar como o projeto se engrandece com essa parceria e [dizer] que desejamos muito estabelecer e ampliar cada vez mais as possibilidades de pautar o projeto Afrocientista nessa agenda de políticas públicas. Estamos em um momento especial de amadurecimento do projeto e do desejo de expansão e consolidação das relações que já foram estabelecidas. Queria agradecer ao Ricardo Henriques, que sempre esteve muito envolvido no projeto Afrocientista, disposto e disponível nos diálogos, seja nos webinários ou nesta entrevista. É um local de aprendizagem para muitos/as professores/as e estudantes da graduação e da Educação Básica. Seguimos acreditando nesse sonho. Uma professora disse que o Afrocientista é uma forma de esperar. E seguimos acreditando nisso.

Ricardo Henriques (IU): Para o Instituto Unibanco, é fonte de felicidade e de orgulho essa potência de articulação com a ABPN para esse conjunto de ações de equidade racial no campo da educação focado na juventude negra, pois é muito importante, ainda mais nessa conjuntura. Começamos essa conversa em 2018 e é muito bom ver como uma agenda como essa tem potência de enfrentar momentos tão adversos pelos quais passamos no país, com brio, com altivez e com o fortalecimento da agenda como um todo, sobretudo em dois eixos: despertar inovação, gerar inquietação pela pesquisa e pelo saber científico nas/os estudantes negras e negros que estão em escolas de Ensino Médio – algumas escolas foram até marcadas por uma fase de obscurantismo que ficou muito forte –, e [ressaltar] a importância da agenda do letramento racial, que é vital para alterar esse país.

É muito bom estarmos nessa 3ª edição com todos os Neab/Neabi (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas) envolvidos, quando foi iniciada em 2019 uma

¹⁴ Para conhecer a coleção, acesse o Observatório de Educação em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/colecoes/detalhe/colecao-discute-juventudes-negras-e-a-educacao-cientifica-pautada-nas-questoes-etnico-raciais>.



agenda que tinha a intenção de ampliar o repertório por meio de pesquisadores/as negros e negras em contato com as escolas da rede da Educação Básica; fazer essa ponte acontecer e mudar a discussão no ambiente escolar. Lembro muito dos relatos da 2ª edição do projeto, de como os/as estudantes reconheciam que a escola era pouco acolhedora e isso foi mudando a partir do protagonismo deles/as na escola, e até o impacto importante no diálogo familiar – como o tema racial não circulava dentro das famílias dos/as jovens negros e negras e passou-se a falar sobre isso.

E depois na pandemia, que parecia ser muito difícil, e foi, mas conseguiu-se atravessar o período da suspensão das aulas com vários encontros regionais on-line. De alguma forma, a bolsa, que é um apoio, para quem enfrentou o desafio da insegurança alimentar foi um apoio também. E, pelo que eu me lembro, mudou a perspectiva dos/as estudantes, que estavam totalmente desinteressados/as, e a discussão sobre ciência e a questão racial aumentou o engajamento, mesmo nesse contexto em que as escolas estavam com atividades suspensas. Mais do que isso, a outra ponte: não só os/as estudantes do Ensino Médio vindo essa ponte com a universidade, mas também o fortalecimento dos/as pesquisadores/as e dos/as estudantes de graduação, dando continuidade nas suas trajetórias no mestrado, doutorado, fazendo pós-graduação.

Esse percurso de quatro anos do Afrocientista é muito exitoso. Quero agradecer muito aos Neab/Neabi, à ABPN, nessa condução, e à Thatianny (gestora do Projeto Afrocientista), que na sua gestão tem tocado o projeto com muita força. Acho que projetamos um futuro, que a gente fará tudo para ser muito melhor do que o de hoje. E, para que esse futuro seja melhor, a agenda específica tanto da ciência como da questão da desigualdade racial e do antirracismo tem que assumir protagonismo. Quero agradecer a todos e todas pela parceria¹⁵ e parabenizar pelo projeto e os resultados que a gente observa.

¹⁵ O Afrocientista é reconhecido como um espaço de “aquilombamento” e foi construído coletivamente por diversas pessoas que estiveram envolvidas desde a sua formulação até a execução do projeto ao longo desse percurso. Portanto, cabe agradecer o caminho construído conjuntamente com Anna M. Canavarro Benite (membro da presidência da ABPN entre 2016 e 2020), Nicéa Quintino Amauro (membro da presidência da ABPN entre 2016 e 2020), Talita Ferreira de Rezende Costa (gestora do Afrocientista entre 2018 e 2020), Silvani dos Santos Valentim (secretária executiva da ABPN entre 2020 e 2022 e diretora de Relações Internacionais da atual gestão) e Thatianny Alves de L. Silva (gestora do Afrocientista desde 2021), bem como às gestões da ABPN representadas por Cleber Santos Vieira (presidente da ABPN de 2020 a 2022) e Iraneide Soares da Silva (atual presidenta da ABPN). Às/aos coordenadores/as e colaboradores/as vinculados/as aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Neabs) e Indígenas (Neabis) que participaram e participam do Afrocientista nos diferentes estados e instituições. Ao Instituto Unibanco, pelo diálogo desde o início do projeto, com Tiago Borba (gerente de Gestão Estratégica), e, recentemente, com João Marcelo Borges (gerente de Pesquisa e Inovação); a Marilucia Marques do Espírito Santo, que acompanhou as duas



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABPN; DPU. *Pesquisa sobre a Implementação da Política de Cotas Raciais nas Universidades Federais*. São Paulo, 2022.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 mar. 2008.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 jan. 2003.

HASENBALG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, C.; SILVA, N. V. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice, 1988.

HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.

_____. *Raça e gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas na educação*. Brasília: Unesco, 2002.

Recebido em: 21/12/2023

Aprovado em: 15/03/2023

primeiras edições, e Fabíola Nascimento Camilo, a 3ª edição (analistas de Projetos Educacionais); e a Caio Callegari (coordenador de Inovação em Políticas). De forma saudosa, agradecemos a Raíza Alvez Sá Siqueira (ex-coordenadora e especialista de Gestão Estratégica) pelas contribuições no processo de acolhida do Afrocientista na Coordenação de Articulação do IU desde o início da parceria e pela dedicação em vida para o fortalecimento da agenda de Equidade Racial na educação em conexão com a sociedade civil. Que seu axé nos anime a continuar na jornada por uma sociedade justa e equânime.